

MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE E PERTENCIMENTO: A DIMENSÃO SOCIOCULTURAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MONTE ALEGRE

*MEMORY, ANCESTRY, AND BELONGING: THE SOCIOCULTURAL DIMENSION OF
THE MONTE ALEGRE QUILOMBOLA COMMUNITY*

Adriana de Medeiros Marcolano¹

Cleonara Maria Schwartz²

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i8.743>

Aceito em: 03.08.2026

Resumo: O presente artigo analisa como memória, ancestralidade e pertencimento constituem dimensões estruturantes da identidade sociocultural da comunidade quilombola Monte Alegre, localizada no estado do Espírito Santo, Brasil. Parte-se da compreensão de que as comunidades quilombolas configuram territórios de produção de conhecimentos, preservação de patrimônios culturais e elaboração de estratégias históricas de resistência diante dos processos de invisibilização racial e territorial. O estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e interpretativa, articulando contribuições dos estudos da memória social, identidade cultural, territorialidade, epistemologias quilombolas e dialogismo. A análise evidencia que a memória coletiva, materializada nas narrativas orais, nas práticas religiosas, nos saberes agrícolas, nas manifestações culturais e nas formas comunitárias de organização social, constitui um patrimônio vivo continuamente reconstruído pelas gerações. Os resultados indicam que a ancestralidade opera como princípio organizador das relações entre sujeitos, território e conhecimento, fortalecendo processos de pertencimento, reconhecimento identitário e resistência sociopolítica. Conclui-se que a valorização dos saberes comunitários da comunidade Monte Alegre amplia a compreensão das comunidades quilombolas como produtoras de epistemologias próprias, contribuindo para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira, para a preservação do patrimônio cultural imaterial e para a afirmação dos direitos territoriais e coletivos desses grupos.

Palavras-chave: memória coletiva; ancestralidade; comunidades quilombolas; identidade cultural; territorialidade.

- 1 Doutoranda em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: adriana.medeiros@educador.edu.es.gov.br
- 2 Doutora em Educação, Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: cleonara.schwartz@gmail.com



Abstract: This article analyzes how memory, ancestry, and belonging constitute structuring dimensions of the sociocultural identity of the quilombola community of Monte Alegre, located in the state of Espírito Santo, Brazil. It is based on the understanding that quilombola communities constitute territories of knowledge production, preservation of cultural heritage, and the development of historical strategies of resistance in the face of processes of racial and territorial invisibilization. The study adopts a qualitative approach, with a bibliographic and interpretative nature, articulating contributions from studies on social memory, cultural identity, territoriality, quilombola epistemologies, and dialogism. The analysis demonstrates that collective memory, expressed through oral narratives, religious practices, agricultural knowledge, cultural manifestations, and community-based forms of social organization, constitutes a living heritage continuously reconstructed by different generations. The results indicate that ancestry functions as an organizing principle of the relationships between subjects, territory, and knowledge, strengthening processes of belonging, identity recognition, and sociopolitical resistance. It is concluded that valuing the community knowledge of Monte Alegre expands the understanding of quilombola communities as producers of their own epistemologies, contributing to the recognition of Brazilian cultural diversity, the preservation of intangible cultural heritage, and the affirmation of the territorial and collective rights of these groups.

Keywords: collective memory; ancestry; quilombola communities; cultural identity; territoriality.

Introdução

As comunidades quilombolas configuram-se como espaços privilegiados de produção, preservação e ressignificação de memórias coletivas, constituindo territórios nos quais se articulam processos históricos, culturais, políticos e identitários fundamentais para a compreensão da formação social brasileira. Longe de representarem apenas remanescentes de antigos quilombos, essas comunidades expressam formas contemporâneas de organização social ancoradas na ancestralidade, na territorialidade e na resistência, evidenciando a permanência de epistemologias e práticas socioculturais que desafiam as dinâmicas históricas de marginalização racial e exclusão territorial. Nessa perspectiva, os territórios quilombolas devem ser compreendidos como espaços de reprodução da vida social, de produção de conhecimentos e de afirmação de direitos coletivos, nos quais a memória constitui um elemento estruturante das relações sociais e dos processos de construção identitária.

Inserida nesse contexto, a comunidade quilombola Monte Alegre, localizada e Pacotuba, distrito de Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo, apresenta-se como um campo empírico particularmente relevante para a análise das interfaces entre memória, ancestralidade e pertencimento. Sua trajetória histórica revela processos contínuos de resistência diante das diferentes formas de expropriação material e simbólica que marcaram a experiência da população negra no Brasil. A permanência de práticas culturais transmitidas entre gerações, por meio da oralidade, das relações de parentesco, das manifestações religiosas, dos modos tradicionais de

cultivo da terra e das formas comunitárias de organização, evidencia que a ancestralidade não se restringe à evocação do passado, mas constitui um princípio organizador das experiências coletivas e da reprodução sociocultural da comunidade.

Sob essa perspectiva, a memória coletiva deixa de ser compreendida como um simples repositório de lembranças para assumir a condição de categoria analítica capaz de explicar os processos pelos quais grupos sociais produzem significados compartilhados, legitimam narrativas históricas e consolidam vínculos de pertencimento. Nas comunidades quilombolas, a memória opera como um dispositivo sociocultural que conecta território, identidade e ancestralidade, permitindo a atualização permanente de conhecimentos, valores e práticas que sustentam a continuidade histórica do grupo. A oralidade, os rituais religiosos, as festividades comunitárias, os saberes agrícolas tradicionais, as práticas de cuidado e as redes de solidariedade constituem, nesse sentido, mecanismos de transmissão intergeracional que asseguram não apenas a preservação do patrimônio cultural imaterial, mas também a reafirmação política da identidade quilombola frente aos processos contemporâneos de invisibilização e desigualdade.

A compreensão da memória coletiva como elemento estruturante da identidade quilombola exige, contudo, considerar não apenas os processos sociais que sustentam sua preservação, mas também as formas discursivas pelas quais essas experiências são narradas, compartilhadas e ressignificadas ao longo do tempo. A memória não existe dissociada das práticas comunicativas dos sujeitos que a produzem; ela se materializa nas narrativas, nos relatos de vida, nas manifestações culturais e nas interações cotidianas que possibilitam a circulação dos saberes entre diferentes gerações. Nesse sentido, a linguagem assume papel fundamental na constituição e atualização das experiências coletivas, uma vez que é por meio dos discursos que grupos sociais elaboram interpretações sobre seu passado, afirmam suas identidades e projetam sentidos para sua continuidade histórica.

A dimensão social da memória também pode ser compreendida à luz da perspectiva dialógica de Bakhtin (2016), para quem toda produção de sentido ocorre na interação entre sujeitos historicamente situados. A memória coletiva, nessa perspectiva, não constitui um conjunto estático de recordações, mas um processo discursivo permanentemente reconstruído nos encontros entre diferentes vozes sociais. Cada narrativa sobre a origem da comunidade, cada relato dos ancestrais e cada prática cultural atualizam enunciados produzidos em diferentes temporalidades, permitindo que o passado permaneça vivo no presente por meio do diálogo entre gerações. Assim, a oralidade quilombola configura-se como espaço privilegiado de circulação de discursos, preservação de identidades e produção contínua de significados compartilhados.

Partindo dessas premissas, este artigo tem como objetivo analisar de que maneira memória, ancestralidade e pertencimento estruturam a dimensão sociocultural da comunidade quilombola Monte Alegre, buscando compreender como os processos de transmissão dos saberes tradicionais contribuem para a constituição das identidades coletivas, para a manutenção das territorialidades quilombolas e para a valorização dos conhecimentos produzidos no interior da

própria comunidade. Ao privilegiar uma abordagem fundamentada nos estudos da memória social, da identidade cultural e da territorialidade, o trabalho pretende contribuir para o fortalecimento das discussões acadêmicas sobre comunidades quilombolas, evidenciando o protagonismo de seus sujeitos na produção de conhecimentos, na preservação de patrimônios culturais e na construção de estratégias históricas de resistência e afirmação de direitos.

A dimensão social da memória também pode ser compreendida à luz da perspectiva dialógica de Bakhtin (2016), para quem toda produção de sentido ocorre na interação entre sujeitos historicamente situados. A memória coletiva, nessa perspectiva, não constitui um conjunto estático de recordações, mas um processo discursivo permanentemente reconstruído nos encontros entre diferentes vozes sociais. Cada narrativa sobre a origem da comunidade, cada relato dos ancestrais e cada prática cultural atualizam enunciados produzidos em diferentes temporalidades, permitindo que o passado permaneça vivo no presente por meio do diálogo entre gerações. Assim, a oralidade quilombola configura-se como espaço privilegiado de circulação de discursos, preservação de identidades e produção contínua de significados compartilhados.

Memória coletiva como patrimônio social

A memória coletiva constitui uma categoria central para a compreensão dos processos de construção identitária, produção de pertencimento e reprodução sociocultural em comunidades tradicionais. Distanciando-se de interpretações que a restringem à dimensão psicológica ou individual, os estudos contemporâneos compreendem a memória como um fenômeno socialmente produzido, permanentemente reconstruído nas interações entre sujeitos, instituições e territórios. Nessa perspectiva, recordar não corresponde à simples recuperação de fatos pretéritos, mas à elaboração contínua de narrativas que atribuem significado ao passado à luz das demandas e experiências do presente. A memória, portanto, configura-se como um campo de disputas simbólicas, no qual diferentes grupos sociais legitimam versões da história, reafirmam identidades coletivas e produzem sentidos compartilhados sobre sua existência. A herança que esse grupo carrega, segundo Ventura (2016, p. 15), “[...] não é apenas de bens materiais, pois com ela são transmitidos nomes, práticas culturais, crenças, hábitos alimentares e saberes”.

Essa concepção encontra sólido fundamento na obra de Maurice Halbwachs (1990), para quem toda lembrança individual é estruturada por quadros sociais de memória (*cadres sociaux de la mémoire*). Segundo o autor, os indivíduos recordam sempre em relação aos grupos dos quais participam, sendo as experiências pessoais constantemente organizadas por referências familiares, culturais, religiosas, territoriais e institucionais. A memória, assim, deixa de ser entendida como um atributo exclusivamente individual para assumir um caráter eminentemente coletivo, constituindo-se como produto das relações sociais que orientam aquilo que deve ser lembrado, esquecido ou reinterpretado ao longo do tempo.

Nas comunidades quilombolas, essa perspectiva adquire especial relevância, uma vez que a memória coletiva desempenha papel fundamental na preservação das trajetórias históricas de

resistência e na continuidade das práticas socioculturais. Em contextos marcados por séculos de escravização, racismo estrutural e invisibilização das contribuições da população negra para a formação da sociedade brasileira, recordar torna-se também um ato político. A memória preservada pelas comunidades quilombolas rompe com narrativas oficiais frequentemente marcadas pelo silenciamento das experiências afro-brasileiras, possibilitando a afirmação de outras formas de produzir história, conhecimento e identidade.

A tradição oral constitui um dos principais mecanismos por meio dos quais essa memória é produzida, compartilhada e atualizada. Narrativas familiares, histórias sobre os antepassados, relatos das lutas pela permanência no território, conhecimentos acerca das práticas agrícolas, dos ciclos da natureza, das plantas medicinais, das manifestações religiosas e das formas comunitárias de organização social compõem um complexo sistema de transmissão intergeracional de saberes. Mais do que simples relatos do passado, essas narrativas operam como dispositivos educativos que orientam comportamentos, fortalecem vínculos comunitários e reafirmam valores éticos compartilhados. A oralidade, nesse contexto, não representa apenas uma estratégia de comunicação, mas uma tecnologia social de preservação da memória e de reprodução cultural.

Ao discutir as relações entre memória e história, Pierre Nora (1993) propõe a noção de “lugares de memória” (*lieux de mémoire*), entendidos como espaços materiais, simbólicos ou funcionais onde as experiências coletivas permanecem condensadas e continuamente atualizadas. Esses lugares emergem quando determinados grupos reconhecem a necessidade de preservar referências fundamentais para sua identidade diante das transformações sociais e das ameaças de esquecimento. Nas comunidades quilombolas, entretanto, essa concepção assume especificidades que ultrapassam a ideia de monumento ou patrimônio institucionalizado. O território, os rios, as áreas de cultivo, os espaços de celebração religiosa, os cemitérios, as árvores centenárias e as residências familiares convertem-se em verdadeiros lugares de memória, nos quais se inscrevem experiências históricas, vínculos afetivos e práticas de pertencimento.

No caso da comunidade quilombola Monte Alegre, o território constitui muito mais do que uma base física para a reprodução da vida cotidiana. Trata-se de um espaço socialmente produzido, carregado de significados históricos, culturais e espirituais, onde se materializam as trajetórias de resistência de seus ancestrais. As práticas produtivas, os modos tradicionais de uso da terra, as festividades comunitárias, os rituais religiosos e as relações de parentesco estabelecem uma profunda articulação entre memória e territorialidade, fazendo do espaço um elemento constitutivo da identidade coletiva. A permanência no território representa, assim, a continuidade da própria história da comunidade e a possibilidade de transmissão dos conhecimentos construídos ao longo das gerações.

Nessa direção, Michael Pollak (1989) amplia a compreensão da memória ao enfatizar sua dimensão política. Para o autor, memória, esquecimento e silêncio constituem processos inseparáveis, atravessados por relações de poder que definem quais narrativas serão reconhecidas socialmente e quais permanecerão marginalizadas. A memória coletiva não é, portanto, neutra;

ela resulta de disputas constantes entre diferentes projetos de sociedade e diferentes formas de interpretar o passado. Essa reflexão mostra-se particularmente pertinente para as comunidades quilombolas, cuja história foi, durante muito tempo, reduzida a interpretações oficiais que invisibilizaram suas contribuições culturais, sociais e políticas. Ao preservar suas narrativas próprias, essas comunidades produzem formas de resistência epistemológica capazes de confrontar processos históricos de apagamento e exclusão.

Sob essa perspectiva, a memória coletiva aproxima-se da noção de patrimônio cultural, compreendido não apenas como um conjunto de bens materiais, mas como um sistema de conhecimentos, práticas, representações e valores transmitidos entre gerações. Os saberes relacionados à agricultura tradicional, às práticas de cura, às manifestações religiosas, às expressões musicais, às festividades, aos modos de organização comunitária e às formas de relação com a natureza constituem patrimônios imateriais fundamentais para a reprodução sociocultural das comunidades quilombolas. Sua preservação depende menos da existência de registros escritos do que da continuidade das relações sociais que possibilitam sua transmissão cotidiana.

No âmbito da comunidade Monte Alegre, a memória coletiva manifesta-se precisamente nesse processo permanente de atualização dos saberes ancestrais. As experiências narradas pelos mais velhos, os ensinamentos compartilhados no cotidiano, as celebrações religiosas, as práticas agrícolas tradicionais e os vínculos de solidariedade comunitária configuram um patrimônio vivo, continuamente recriado pelas novas gerações. Trata-se de um processo dinâmico, no qual tradição e mudança coexistem, permitindo que a comunidade responda aos desafios contemporâneos sem romper com suas referências históricas e culturais.

Desse modo, compreender a memória coletiva como patrimônio social implica reconhecer seu papel estratégico na produção da identidade quilombola, na consolidação do sentimento de pertencimento e na afirmação dos direitos territoriais e culturais dessas populações. Mais do que preservar o passado, a memória constitui um recurso político e epistemológico que sustenta projetos coletivos de futuro, fortalece a autonomia comunitária e legitima formas próprias de produção do conhecimento historicamente desconsideradas pelos modelos hegemônicos. Nessa perspectiva, a memória revela-se como um dos principais fundamentos da resistência quilombola, articulando ancestralidade, território e identidade em um processo contínuo de construção e reconstrução da vida coletiva.

Ancestralidade e identidade quilombola

A ancestralidade ocupa uma posição estruturante na constituição das identidades quilombolas, configurando-se como um princípio epistemológico, ético e político que organiza as formas de produção do conhecimento, as relações sociais e os modos de pertencimento. Distanciando-se de uma compreensão cronológica ou genealógica restrita ao passado, a ancestralidade expressa uma temporalidade dinâmica, na qual passado, presente e futuro se entrelaçam por meio da continuidade das experiências coletivas, da transmissão intergeracional dos

saberes e da permanência dos vínculos entre comunidade, território e memória. Nesse horizonte interpretativo, a ancestralidade não se limita à evocação dos antepassados, mas constitui uma categoria de interpretação da realidade social, orientando práticas culturais, valores comunitários e formas específicas de relação com a natureza, com o sagrado e com a coletividade.

No pensamento afro-brasileiro, a ancestralidade representa um dos fundamentos da continuidade histórica das comunidades negras, possibilitando a preservação de sistemas de conhecimento que resistiram aos processos de escravização, colonização e racialização da sociedade brasileira. Trata-se de um patrimônio cultural vivo, continuamente atualizado nas práticas cotidianas, nos rituais religiosos, nas narrativas orais, nas formas de organização comunitária e nos modos tradicionais de produção da vida. Sob essa perspectiva, a ancestralidade ultrapassa a dimensão simbólica para constituir uma prática social concreta que sustenta processos de resistência cultural e afirmação identitária diante das persistentes desigualdades raciais.

Ao discutir a construção da identidade negra no Brasil, Kabengele Munanga (2006) argumenta que a identidade não corresponde a uma essência fixa ou biologicamente determinada, mas resulta de processos históricos, políticos e culturais marcados pela experiência da diáspora africana, pelas relações de poder e pelas lutas por reconhecimento. A identidade quilombola, nesse sentido, é produzida na articulação entre memória coletiva, territorialidade, ancestralidade e resistência, consolidando-se como expressão da capacidade histórica das comunidades negras de preservar e recriar seus referenciais culturais mesmo em contextos de violência, exclusão e invisibilização. A ancestralidade assume, assim, um papel central na constituição de uma consciência coletiva que reafirma as origens africanas sem reduzir a experiência quilombola a uma simples continuidade do passado, reconhecendo-a como um processo permanente de recriação cultural.

Essa compreensão dialoga com as reflexões de Beatriz Nascimento, para quem o quilombo deve ser entendido não apenas como um acontecimento histórico relacionado ao período escravista, mas como uma categoria política e civilizatória que expressa formas próprias de organização social, autonomia territorial e produção de conhecimento. Nessa perspectiva, a ancestralidade constitui o eixo que conecta diferentes gerações em torno de um projeto coletivo de existência, fortalecendo práticas de solidariedade, reciprocidade e pertencimento que asseguram a continuidade da vida comunitária. O quilombo deixa de representar apenas um espaço de resistência ao regime escravista para afirmar-se como território de construção de identidades, saberes e perspectivas de futuro.

Na comunidade quilombola Monte Alegre, localizada no Espírito Santo, a ancestralidade manifesta-se de forma concreta nas práticas sociais que organizam a vida cotidiana. Os conhecimentos tradicionais permanecem sendo transmitidos, sobretudo, pelos mais velhos, cuja autoridade deriva não apenas da idade, mas do reconhecimento social de sua experiência, de sua memória e de sua capacidade de preservar e compartilhar os saberes comunitários. Esses sujeitos desempenham papel fundamental na formação das novas gerações, constituindo importantes

mediadores entre o patrimônio cultural herdado dos antepassados e os desafios impostos pelas transformações sociais contemporâneas.

As narrativas sobre a origem da comunidade, as histórias das famílias fundadoras, as memórias das lutas pela permanência no território, os conhecimentos relacionados às práticas agrícolas, ao manejo sustentável dos recursos naturais, aos benzimentos, às rezas, às festividades religiosas, às manifestações culturais e às formas tradicionais de trabalho coletivo compõem um amplo repertório de saberes que estrutura a identidade local. Esses conhecimentos não permanecem cristalizados no tempo; ao contrário, são continuamente reinterpretados e atualizados pelas novas gerações, demonstrando que tradição e transformação constituem dimensões complementares da experiência quilombola.

A oralidade desempenha papel central nesse processo. Mais do que um mecanismo de comunicação, ela constitui uma prática pedagógica por meio da qual valores éticos, princípios comunitários, experiências históricas e conhecimentos tradicionais são compartilhados entre diferentes gerações. Cada narrativa sobre os antepassados, cada celebração religiosa, cada prática agrícola ou manifestação cultural reafirma o pertencimento coletivo e fortalece a memória social da comunidade. A transmissão oral, portanto, representa uma forma de educação comunitária que contribui para a preservação do patrimônio cultural imaterial e para a continuidade das referências identitárias do grupo.

A transmissão da ancestralidade, nesse contexto, não pode ser compreendida como uma simples comunicação linear de informações entre gerações, mas como um processo dialógico no qual diferentes vozes sociais se encontram, tensionam-se e se complementam na construção permanente dos sentidos atribuídos à experiência coletiva. Conforme Bakhtin (2016), nenhum enunciado existe isoladamente, pois toda palavra carrega marcas de discursos anteriores e se orienta para respostas futuras, constituindo-se sempre na relação com outros sujeitos e outros contextos históricos. Sob essa perspectiva, as narrativas dos mais velhos da comunidade quilombola Monte Alegre configuram-se como enunciados carregados de memória, valores culturais, experiências históricas e conhecimentos tradicionais, que são continuamente reinterpretados pelas novas gerações. A ancestralidade, portanto, não representa apenas uma herança recebida do passado, mas um processo comunicativo vivo, no qual a identidade quilombola é constantemente reafirmada, reconstruída e atualizada diante das transformações sociais contemporâneas.

Entretanto, a transmissão desses saberes ocorre em um contexto marcado por intensas disputas sociais e simbólicas. Os processos históricos de racismo estrutural, a negação dos direitos territoriais, a expansão de modelos econômicos incompatíveis com os modos tradicionais de vida e a invisibilização das contribuições das populações negras produziram mecanismos persistentes de apagamento cultural. Nesse cenário, preservar a ancestralidade significa também disputar narrativas sobre a história nacional, questionar epistemologias hegemônicas e afirmar a legitimidade de outras formas de produzir conhecimento. A ancestralidade converte-se, assim,

em instrumento de resistência política e de enfrentamento às desigualdades historicamente impostas às comunidades quilombolas.

No caso de Monte Alegre, a preservação dos saberes ancestrais fortalece não apenas a identidade coletiva, mas também os processos de mobilização social em defesa do território, do patrimônio cultural e dos direitos coletivos assegurados constitucionalmente. A memória dos antepassados, constantemente atualizada nas práticas comunitárias, legitima o vínculo histórico da população com seu território e reforça o sentimento de pertencimento que sustenta as lutas por reconhecimento e justiça social.

Desse modo, a ancestralidade deve ser compreendida como uma categoria analítica indispensável para a interpretação da realidade quilombola contemporânea. Ela articula memória, identidade, territorialidade e cultura em um mesmo horizonte sociopolítico, permitindo compreender que a continuidade das comunidades quilombolas depende tanto da preservação de seus saberes tradicionais quanto do reconhecimento de sua condição de sujeitos históricos, produtores de conhecimento e protagonistas de suas próprias trajetórias. Na comunidade Monte Alegre, a ancestralidade não constitui apenas uma herança cultural recebida das gerações anteriores, mas um princípio organizador da vida coletiva que orienta práticas de resistência, fortalece identidades e projeta possibilidades de continuidade histórica para as gerações futuras.

Pertencimento e territorialidade

O pertencimento constitui uma dimensão fundamental da experiência quilombola, uma vez que expressa a relação indissociável entre memória, ancestralidade, identidade e território. Nas comunidades tradicionais, o território não pode ser reduzido à sua dimensão física ou econômica; trata-se de um espaço socialmente produzido, permeado por significados históricos, culturais, espirituais e afetivos que sustentam a reprodução da vida coletiva. O vínculo territorial resulta de processos históricos de ocupação, resistência e transmissão intergeracional de saberes, constituindo um elemento central para a continuidade das práticas culturais e para a afirmação dos direitos coletivos das comunidades quilombolas.

Essa compreensão amplia a noção clássica de território, deslocando-a de uma perspectiva estritamente jurídico-administrativa para uma abordagem sociocultural e política. Conforme argumenta Rogério Haesbaert (2004), o território deve ser compreendido como uma construção multidimensional, na qual dimensões materiais e simbólicas se articulam continuamente. O território é, simultaneamente, espaço de poder, de pertencimento, de produção econômica, de memória e de identidade. Para as comunidades quilombolas, essa multidimensionalidade assume importância singular, uma vez que a permanência no território garante não apenas a reprodução material da vida, mas também a continuidade dos sistemas de conhecimento, das práticas religiosas, das relações de parentesco e das formas tradicionais de organização social.

No contexto das comunidades quilombolas, o território constitui um patrimônio coletivo construído historicamente pelas experiências de resistência à escravidão, à expropriação

fundiária e às diversas formas de exclusão social. A relação estabelecida com a terra ultrapassa a lógica da propriedade individual para fundamentar formas coletivas de uso, cuidado e preservação dos recursos naturais, nas quais o ambiente é compreendido como parte integrante da própria identidade comunitária. Dessa maneira, a territorialidade quilombola expressa uma forma específica de habitar o espaço, marcada pela reciprocidade entre sociedade, natureza e ancestralidade.

Na comunidade quilombola Monte Alegre, localizada no Espírito Santo, o território constitui o principal elemento organizador das relações sociais e culturais. É nele que se inscrevem as memórias das famílias fundadoras, as trajetórias de resistência, os lugares sagrados, as áreas tradicionais de cultivo, os espaços de convivência comunitária e as manifestações religiosas e culturais que fortalecem a identidade coletiva. Cada espaço da comunidade incorpora narrativas históricas que conectam as gerações atuais aos seus ancestrais, conferindo ao território um profundo valor simbólico e afetivo.

As atividades produtivas desenvolvidas pela comunidade, os sistemas tradicionais de cultivo, os mutirões, as celebrações religiosas, as festividades populares e as práticas educativas realizadas no cotidiano evidenciam que o território funciona como um espaço permanente de aprendizagem social. Os conhecimentos não são transmitidos exclusivamente por instituições formais, mas circulam por meio da convivência comunitária, das experiências compartilhadas e da participação ativa nas práticas coletivas. Nesse processo, crianças, jovens, adultos e idosos tornam-se sujeitos da produção e da continuidade do patrimônio cultural da comunidade.

O sentimento de pertencimento manifesta-se, portanto, como resultado da interação permanente entre memória coletiva, ancestralidade e territorialidade. Esse pertencimento fortalece os vínculos de solidariedade, reciprocidade e cooperação que caracterizam a organização comunitária, contribuindo para a construção de identidades coletivas capazes de enfrentar os desafios impostos pelos processos contemporâneos de desterritorialização, urbanização, racismo estrutural e expansão de modelos econômicos incompatíveis com os modos tradicionais de vida.

Sob essa perspectiva, a defesa do território ultrapassa a reivindicação pelo acesso à terra, constituindo uma luta pelo reconhecimento da história, da cultura e dos direitos das comunidades quilombolas. A permanência territorial representa, simultaneamente, a preservação da memória coletiva, da ancestralidade e das condições necessárias para a continuidade dos saberes tradicionais que sustentam a identidade sociocultural da comunidade Monte Alegre.

Saberes comunitários como patrimônio cultural

Os saberes produzidos pelas comunidades quilombolas constituem um patrimônio cultural de natureza dinâmica, coletiva e historicamente construída, cuja importância ultrapassa os limites da própria comunidade e integra a diversidade sociocultural brasileira. Esses conhecimentos resultam de processos contínuos de interação entre experiência, memória, ancestralidade e território, sendo produzidos e atualizados nas práticas cotidianas de trabalho, nas relações

familiares, nas manifestações religiosas, nos rituais comunitários e nas formas tradicionais de organização social. Trata-se de um conjunto de conhecimentos que articula dimensões materiais e imateriais da cultura, revelando modos próprios de compreender, interpretar e transformar a realidade.

Sob a perspectiva do patrimônio cultural imaterial, os saberes quilombolas representam formas legítimas de produção de conhecimento que historicamente foram invisibilizadas pelos modelos científicos e educacionais de matriz eurocêntrica. A valorização dessas epistemologias exige reconhecer que diferentes grupos sociais produzem conhecimentos a partir de experiências históricas específicas, construindo sistemas próprios de interpretação do mundo, de relação com a natureza e de organização da vida coletiva. Nesse sentido, os saberes comunitários constituem verdadeiros patrimônios epistemológicos, fundamentais para a preservação da diversidade cultural e para o fortalecimento da justiça cognitiva.

Na comunidade quilombola Monte Alegre, esses conhecimentos manifestam-se em diferentes dimensões da vida social. As práticas agrícolas tradicionais expressam profundo conhecimento sobre os ciclos da natureza, a conservação dos solos, o manejo sustentável da biodiversidade e as formas coletivas de produção. A medicina tradicional e o uso de plantas medicinais revelam conhecimentos acumulados ao longo de gerações, articulando experiências empíricas, espiritualidade e observação do ambiente. As manifestações religiosas, os benzimentos, os cantos, as danças, a culinária tradicional, o artesanato e as festividades populares constituem importantes mecanismos de preservação da memória coletiva e de fortalecimento da identidade quilombola.

Esses saberes são transmitidos principalmente pela oralidade, pela observação e pela participação ativa nas atividades comunitárias. O cotidiano da comunidade transforma-se, assim, em um espaço educativo no qual crianças, jovens e adultos aprendem por meio da convivência com os mais velhos, da realização de práticas coletivas e da participação nas celebrações culturais. Esse processo evidencia que a educação comunitária ultrapassa os limites da escolarização formal, configurando-se como uma experiência permanente de formação cultural e de construção da identidade coletiva.

A preservação desses conhecimentos assume também uma dimensão política. Em um contexto marcado pelo racismo estrutural, pela invisibilização das populações negras e pela desvalorização histórica dos saberes tradicionais, reconhecer os conhecimentos produzidos pelas comunidades quilombolas significa enfrentar processos de exclusão epistemológica que, durante séculos, atribuíram legitimidade apenas aos conhecimentos produzidos pelas instituições acadêmicas e pelos modelos científicos hegemônicos. Valorizar os saberes comunitários implica reconhecer as comunidades quilombolas como produtoras de conhecimento, ciência, cultura e inovação social.

Nesse sentido, a incorporação desses saberes às políticas públicas de educação, cultura e patrimônio representa um importante instrumento de promoção da justiça social e da valorização

da diversidade cultural brasileira. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e a implementação da Lei nº 10.639/2003 reforçam a necessidade de reconhecer os conhecimentos tradicionais como componentes fundamentais dos processos educativos, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas interculturais, antirracistas e socialmente comprometidas.

Na comunidade Monte Alegre, a continuidade desses saberes depende da permanência das relações comunitárias que possibilitam sua transmissão entre gerações. A valorização da memória coletiva, da ancestralidade e das práticas culturais fortalece não apenas a identidade quilombola, mas também a autonomia da comunidade na preservação de seu patrimônio cultural. Desse modo, os saberes comunitários devem ser compreendidos como patrimônios vivos, permanentemente recriados pelas experiências coletivas e capazes de contribuir para a construção de modelos de desenvolvimento baseados na sustentabilidade, na diversidade cultural e na valorização dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Desafios contemporâneos

As comunidades quilombolas vivenciam, na contemporaneidade, um conjunto de desafios que transcende a garantia formal de direitos reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. Embora o ordenamento jurídico brasileiro assegure a proteção dos territórios tradicionalmente ocupados e reconheça a especificidade sociocultural dessas populações, a efetivação desses direitos permanece marcada por obstáculos estruturais relacionados à morosidade dos processos de regularização fundiária, às desigualdades socioeconômicas, ao racismo estrutural e à limitada implementação de políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais.

No caso da comunidade quilombola Monte Alegre, esses desafios manifestam-se na necessidade de conciliar a preservação das práticas culturais e dos saberes ancestrais com as profundas transformações impostas pela expansão urbana, pelas mudanças nos padrões produtivos, pelas migrações das populações mais jovens e pela crescente influência de modelos culturais globalizados. Tais processos podem enfraquecer os mecanismos tradicionais de transmissão da memória coletiva, reduzindo os espaços de convivência intergeracional e comprometendo a continuidade de conhecimentos historicamente construídos pela comunidade.

Outro desafio relevante refere-se ao reconhecimento social e institucional das epistemologias quilombolas. Apesar dos avanços nas políticas de educação para as relações étnico-raciais, os conhecimentos produzidos pelas comunidades tradicionais ainda ocupam posição marginal em muitos currículos escolares, programas de pesquisa e políticas culturais. Essa invisibilização reproduz desigualdades históricas e limita o reconhecimento das comunidades quilombolas como sujeitos produtores de ciência, cultura e inovação social.

Ao mesmo tempo, observa-se o fortalecimento das organizações comunitárias, das redes de articulação entre comunidades quilombolas, das políticas de valorização do patrimônio cultural e da ampliação da participação social nos processos de defesa territorial. Essas iniciativas

evidenciam que a memória, a ancestralidade e o pertencimento permanecem como importantes instrumentos de mobilização política e de fortalecimento identitário.

Diante desse cenário, preservar os saberes comunitários significa mais do que proteger manifestações culturais do passado; representa garantir condições para que as comunidades quilombolas continuem produzindo conhecimento, reafirmando suas identidades e construindo projetos autônomos de futuro. A experiência da comunidade Monte Alegre demonstra que memória, território e ancestralidade constituem recursos estratégicos para enfrentar os desafios contemporâneos, reafirmando a centralidade dos povos quilombolas na construção de uma sociedade plural, democrática e comprometida com a justiça social e a diversidade cultural.

Considerações finais

A presente investigação teve como objetivo analisar de que maneira memória, ancestralidade e pertencimento estruturam a dimensão sociocultural da comunidade quilombola Monte Alegre, no estado do Espírito Santo, compreendendo tais categorias como elementos constitutivos da identidade coletiva e da continuidade histórica da comunidade. A análise desenvolvida permitiu evidenciar que esses conceitos não podem ser compreendidos de forma isolada, uma vez que se articulam em um sistema complexo de relações sociais, culturais, políticas e territoriais que sustenta a reprodução da vida comunitária e fortalece os processos de resistência diante das desigualdades historicamente impostas às populações quilombolas.

Os resultados indicam que a memória coletiva ultrapassa a função de registro do passado para constituir um mecanismo permanente de produção de significados, de transmissão intergeracional de conhecimentos e de afirmação da identidade quilombola. As narrativas orais, os saberes tradicionais, as práticas religiosas, as formas coletivas de organização social, os sistemas tradicionais de cultivo da terra e as experiências compartilhadas entre diferentes gerações demonstram que a memória é continuamente atualizada no cotidiano da comunidade, reafirmando vínculos de pertencimento e fortalecendo processos de reconhecimento sociocultural. Nesse sentido, a memória revela-se como um patrimônio vivo, cuja permanência depende da continuidade das relações sociais e da preservação do território como espaço de produção da vida, da cultura e da história.

A ancestralidade, por sua vez, mostrou-se como uma categoria estruturante da experiência quilombola, expressando uma racionalidade própria de organização social e de produção de conhecimentos. Longe de representar uma referência exclusivamente histórica, ela constitui um princípio organizador das relações entre sujeitos, território, natureza e espiritualidade, conferindo sentido às práticas culturais e aos modos de existência da comunidade. Na realidade da comunidade Monte Alegre, a ancestralidade manifesta-se na valorização dos mais velhos como guardiões da memória, na preservação das tradições comunitárias e na transmissão cotidiana de conhecimentos que fortalecem a continuidade das identidades coletivas e reafirmam a centralidade dos saberes produzidos no interior da própria comunidade.

O estudo também evidenciou que o território ocupa posição estratégica na constituição do pertencimento quilombola. Mais do que um suporte físico para a reprodução econômica, o território configura-se como espaço de memória, patrimônio cultural e exercício de direitos coletivos. Nele se materializam as experiências históricas de resistência, os vínculos familiares, as práticas religiosas, os conhecimentos ecológicos tradicionais e as diversas formas de sociabilidade que conferem identidade à comunidade. Assim, a territorialidade quilombola constitui uma categoria fundamental para compreender os processos de construção identitária e as lutas contemporâneas pelo reconhecimento jurídico, político e cultural dessas populações.

Outro aspecto evidenciado refere-se ao reconhecimento dos saberes comunitários como patrimônio cultural e epistemológico. Os conhecimentos relacionados ao manejo sustentável dos recursos naturais, às práticas agrícolas tradicionais, à medicina popular, à oralidade, às manifestações religiosas, à culinária e às formas coletivas de organização social revelam que as comunidades quilombolas produzem sistemas próprios de conhecimento, construídos historicamente por meio da interação entre experiência, memória e ancestralidade. Esses saberes desafiam perspectivas eurocêntricas de produção científica e reforçam a necessidade de ampliar o diálogo entre a universidade e os conhecimentos produzidos por povos e comunidades tradicionais, reconhecendo-os como sujeitos ativos na construção do conhecimento.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para o fortalecimento das discussões sobre memória social, identidade, ancestralidade e territorialidade ao evidenciar que essas categorias não apenas descrevem aspectos da realidade quilombola, mas constituem dimensões analíticas indispensáveis para compreender os processos de resistência, permanência e transformação vivenciados pelas comunidades tradicionais. Ao tomar a comunidade quilombola Monte Alegre como referência empírica, o artigo amplia a produção acadêmica sobre os quilombos capixabas, ainda relativamente pouco explorados na literatura científica, oferecendo elementos para a compreensão das especificidades socioculturais dessas comunidades e de suas estratégias de preservação da memória e dos saberes ancestrais.

Sob o ponto de vista social e político, os resultados reforçam a necessidade de consolidar políticas públicas que assegurem a proteção dos territórios quilombolas, o fortalecimento da Educação Escolar Quilombola, a valorização do patrimônio cultural imaterial e o reconhecimento das epistemologias produzidas pelas comunidades tradicionais. A efetivação desses direitos representa condição indispensável para garantir a continuidade das formas de organização comunitária, da transmissão dos saberes intergeracionais e da preservação da diversidade cultural brasileira.

Entretanto, é importante reconhecer que este estudo apresenta limitações inerentes ao seu recorte analítico. A compreensão da dinâmica sociocultural da comunidade Monte Alegre poderá ser aprofundada por investigações de caráter etnográfico, pesquisas participativas de longa duração e estudos comparativos com outras comunidades quilombolas do Espírito Santo e de diferentes regiões do país. Da mesma forma, futuras pesquisas poderão explorar com maior

profundidade as relações entre juventude, processos educativos, gênero, religiosidades, mudanças ambientais, tecnologias digitais e transformações nas formas contemporâneas de transmissão dos saberes tradicionais.

Por fim, conclui-se que a memória, a ancestralidade e o pertencimento constituem pilares fundamentais da continuidade histórica da comunidade quilombola Monte Alegre. Mais do que categorias analíticas, representam práticas vividas que orientam a organização social, fortalecem os vínculos comunitários e sustentam processos permanentes de resistência diante das múltiplas formas de exclusão ainda presentes na sociedade brasileira. Reconhecer a centralidade desses elementos significa também reconhecer as comunidades quilombolas como produtoras de conhecimento, guardiãs de patrimônios culturais de inestimável valor e protagonistas na construção de perspectivas plurais de desenvolvimento, democracia e justiça social. Assim, valorizar a memória coletiva e os saberes ancestrais dessas comunidades não constitui apenas um compromisso acadêmico, mas um imperativo ético, político e epistemológico para a produção de uma ciência comprometida com a diversidade, a equidade e o reconhecimento das múltiplas formas de produção do conhecimento que compõem a sociedade brasileira.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. 2. ed. Manaus: UEA Edições, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSMANN, Jan. **Memória cultural: escrita, lembrança e identidade política nas grandes civilizações antigas**. São Paulo: Paulus, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaievich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-

Brasileira". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo:

Edusp, 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 489-506, 2007.

VENTURA, L. **Simplesmente Monte Alegre**. Cachoeiro de Itapemirim. Cachoeiro Cult, 2016.